

---

## A Participação das Mulheres na Ciência Brasileira na Contemporaneidade<sup>1</sup>

Marília REINATO CARRERA<sup>2</sup>  
Cilene VICTOR<sup>3</sup>

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, SP

### RESUMO

Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva com base no levantamento de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o objetivo de traçar o panorama da participação das mulheres na ciência no Brasil entre 2008 e 2018 por titulação e grande área do conhecimento. No quesito beneficiários, a proporção de mulheres superou a de homens, mas, no quesito valores, a proporção de mulheres não superou a de homens. A maioria das mulheres pertencia às Ciências Biológicas enquanto que a maioria dos homens pertencia às Engenharias e Computação. Especificamente em relação aos cargos de liderança, nas cinco últimas gestões da Associação Brasileira de Ciência (ABC), entre 2007 e 2021, a proporção de mulheres foi inferior à de homens e, nas sete últimas gestões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entre 2007 e 2022, a proporção de mulheres foi equivalente à de homens.

**PALAVRAS-CHAVE:** desigualdade de gênero na ciência; estudo de gênero na ciência; história da mulher na ciência.

### 1. Introdução

Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva com base no levantamento de dados extraídos do Painel de Investimentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o objetivo de traçar o panorama da participação das mulheres na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Brasil entre 2008 e 2018 por titulação e grande área do conhecimento. Especificamente em relação aos cargos de liderança, os dados foram obtidos da Associação Brasileira de Ciência (ABC) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista de Ciência, Tecnologia e Inovação. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions. E-mail: [marilia.carrera@gmail.com](mailto:marilia.carrera@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora da pesquisa. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Uma das líderes do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions. E-mail: [cilene.victor@metodista.br](mailto:cilene.victor@metodista.br).

---

Este trabalho corresponde a um recorte do primeiro capítulo da dissertação de mestrado “A Representação das Mulheres no Jornalismo Científico: Uma Análise da Pesquisa FAPESP e da Superinteressante”, escrita por Marília Reinato Carrera, sob orientação de Cilene Victor, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

## **2. Marco Histórico: Universidade de São Paulo (USP)**

Na perspectiva de Simon Schwartzman (2001), no Brasil, a participação das mulheres na ciência, principalmente nas Ciências Humanas, começou a crescer mais vertiginosamente com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Schwartzman (2001) explica que o jornalista Júlio de Mesquita Filho e o sociólogo Fernando de Azevedo idealizaram uma universidade laica, leiga e pública, com professores estrangeiros, principalmente franceses, em função da ascensão do fascismo em outros países europeus, e centralizada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), o que não se concretizou, uma vez que a FFCL se tornou uma escola para formação de professores, majoritariamente, com estudantes mulheres, muitas delas filhas de imigrantes ou nascidas em pequenas cidades do interior do Estado de São Paulo:

Em 2005, a pesquisadora e professora da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP) Suely Vilela Sampaio se tornou a primeira e única reitora da USP. Em 2016, surgiu o Escritório USP Mulheres para o desenvolvimento de projetos para a igualdade de gênero no campus universitário, que integra o movimento da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) *ElesPorElas (HeforShe, em inglês)*, que combate os entraves socioculturais que impedem a emancipação feminina (USP MULHERES, 2020, online).

Na visão de Helena Sampaio (1991), o ensino superior assumiu o modelo universitário no Brasil em 1934. Desde a chegada da Família Real, o ensino superior era voltado para a formação de profissionais liberais, principalmente bacharéis em direito, engenharia e medicina, que até os dias de hoje são a “espinha dorsal” do sistema educacional brasileiro, sendo três das profissões de maior demanda, prestígio e remuneração no país.

A primeira mulher nascida no Brasil a concluir o ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, formada em Medicina pelo New York Medical College and

Hospital for Women, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 1881, e a primeira mulher nascida no Brasil a concluir o ensino superior de fato no país foi Rita Lobato Velho Lopes, formada em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, no Estado da Bahia, em 1887. Lopes se matriculou primeiramente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas se transferiu para a Faculdade de Medicina da Bahia por motivos familiares.

Luiz Antônio Cunha (2000) lembra que, fundadas em 1808, a Escola de Cirurgia da Bahia, atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, atualmente Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram as primeiras instituições de ensino superior do Brasil.

### **3. Cargos de Liderança: Associação Brasileira de Ciência (ABC) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**

De acordo com Hildete Pereira de Melo e Lígia M. C. S. Rodrigues (2018), no final do século XIX, a comunidade científica ocidental era formada, majoritariamente, por homens brancos, brasileiros graduados em outros países ou estrangeiros, pertencentes às Ciências Naturais. Entretanto, no início do século XX, a Primeira Guerra Mundial demonstrou a importância do poderio científico-tecnológico para o desenvolvimento nacional, o que pode ter contribuído para a maior participação das mulheres na ciência da década de 1920 em diante.

Então, em 3 de maio de 1916, nas dependências da Escola Politécnica, foi fundada a Academia Brasileira de Ciência (ABC), inicialmente com o nome de Sociedade Brasileira de Ciência (ABC, 2020, online). Schwartzman (2001) pontua que a ABC captou o “clima de renovação” da educação brasileira da década de 1920, desempenhando a função de promover a ciência. Em outras palavras, a ABC representava uma “antifaculdade”, ou seja, uma reação contra o atraso na penetração dos ideais da ciência moderna na Escola Politécnica.

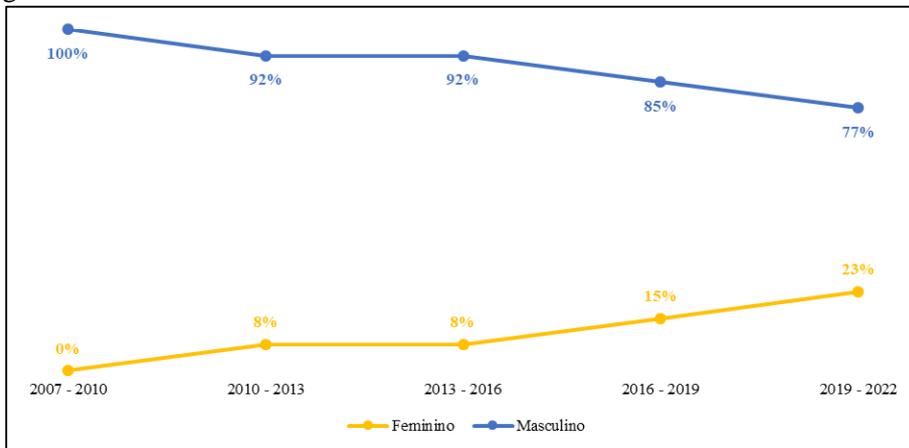
Em viagem ao Brasil, em agosto de 1916, Marie Curie, a primeira mulher a ser laureada com o Prêmio Nobel e a única mulher a ser premiada duas vezes, também se tornou a primeira mulher membro correspondente da ABC, seguida por Emilie Snethlage, naturalista do antigo Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, atual Museu Paraense Emílio Goeldi, em outubro de 1926, e Carlota Joaquina de Paiva Maury,

paleontóloga da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em agosto de 1937. Em junho de 1951, Marília Chaves Peixoto, professora da Escola Nacional de Engenharia, se tornou a primeira mulher brasileira membro titular da ABC.

Entre 1917 e 2001, as gestões da ABC eram bienais, com exceção de 1917 a 1920, 1920 a 1923, 1923 a 1926 e 1926 a 1929. Hoje as gestões da ABC são trienais, compostas por um presidente, um vice-presidente, cinco vice-presidentes regionais (Norte, Nordeste, Sul, Minas e Centro-Oeste, Rio de Janeiro e São Paulo) e cinco diretores. Em sua história, a ABC nunca foi presidida por uma mulher.

Nas cinco últimas gestões da ABC, poucas mulheres assumiram cargos de liderança. Entre 2007 e 2010, não houve mulheres. Entre 2010 e 2013, Elisa Reis foi vice-presidente regional do Rio de Janeiro, sucedida por Lucia Mendonça Previato. Entre 2016 e 2019, Marcia Cristina Bernardes Barbosa foi diretora. Entre 2019 e 2022, Helena Nader é vice-presidente, Lucia Mendonça Previato, vice-presidente regional do Rio de Janeiro, e Marcia Cristina Bernardes Barbosa, diretora.

Gráfico 1: Membros das cinco últimas gestões da Associação Brasileira de Ciências (ABC), por gênero.



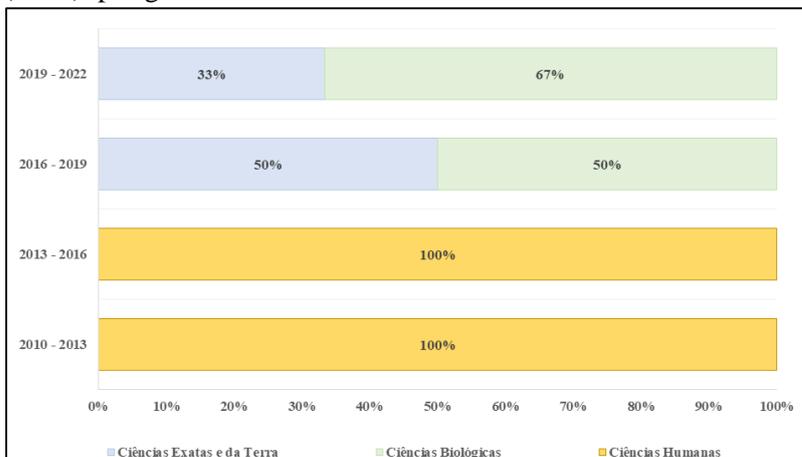
Fonte: Dados da Associação Brasileira de Ciências (ABC) compilados pelas autoras (2020).

Em linha com as grandes áreas do conhecimento do CNPq, Elisa Reis pertencia às Ciências Humanas, Lucia Mendonça Previato, às Ciências Biológicas, Marcia Cristina Bernardes Barbosa, às Ciências Exatas e da Terra, e Helena Nader, às Ciências Biológicas.

Entre 2007 e 2020, os homens, além das Ciências Exatas e da Terra, das Ciências Biológicas e das Ciências Humanas, também pertenciam às Engenharias e Computação, às Ciências da Saúde e às Ciências Agrárias.

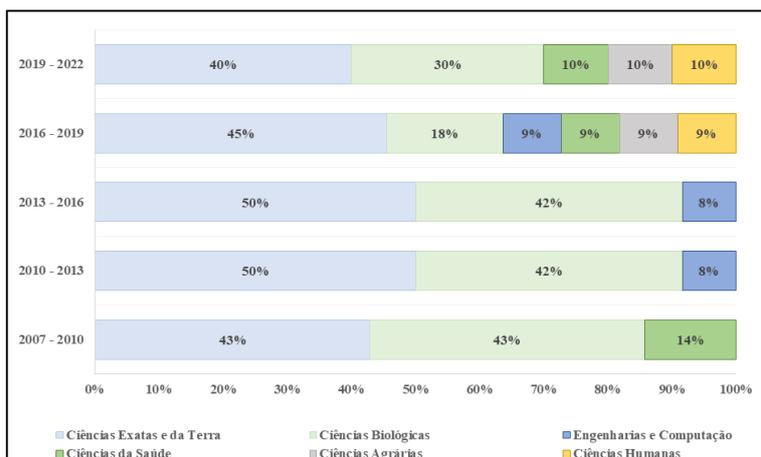
Hildete Pereira de Melo e Maria Carolina Pereira Casemiro (2003) salientam que, em 1916, a ABC era composta por três seções, Ciências Biológicas, Ciências Físico-Químicas e Ciências Matemáticas. Em 1952, foi criada a seção Ciências da Terra e foi desmembrada a seção Ciências Físico-Químicas entre Física e Química. Em 1999, também foi criada a seção Ciências Humanas foi criada e foi desmembrada a seção Ciências Biológicas foi desmembrada entre Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Ciências Agrárias e Ciências da Saúde. A seção Ciências da Engenharia surgiu em 1996.

Gráfico 2: Membros mulheres das cinco últimas gestões da Associação Brasileira de Ciências (ABC), por grande área do conhecimento.



Fonte: Dados da Associação Brasileira de Ciências (ABC) compilados pelas autoras (2020).

Gráfico 3: Membros homens das cinco últimas gestões da Associação Brasileira de Ciências (ABC), por grande área do conhecimento.



Fonte: Dados da Associação Brasileira de Ciências (ABC) compilados pelas autoras (2020).

Segundo Melo e Rodrigues (2018), assim como a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial destacou o papel da ciência e da tecnologia para a soberania

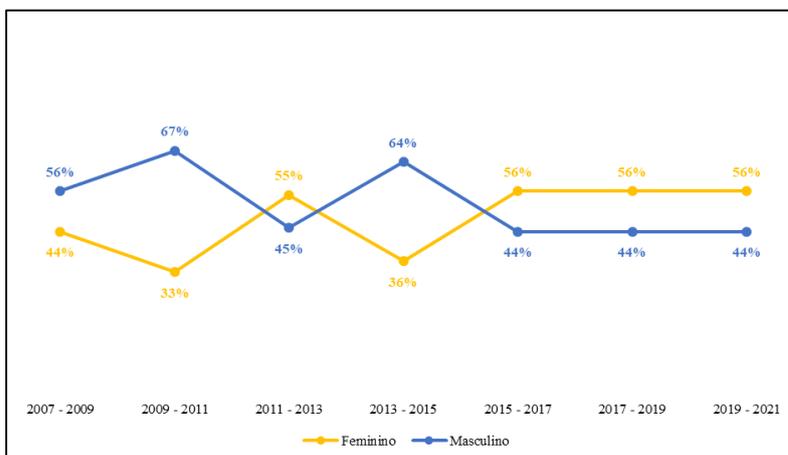
nacional. Schwartzman (2001) salienta que, depois da Segunda Guerra Mundial, a ciência deixou de ser considerada uma ferramenta para a formação de uma elite cultural e intelectual e passou a ser considerada um atalho para o avanço socioeconômico, principalmente em países em desenvolvimento, como os latino-americanos, incluindo o Brasil.

Em meados do século XX, os cientistas demandavam maior participação da comunidade científica nos processos de tomada de decisão na sociedade. Então, em 8 de julho de 1948, nas dependências da Associação Paulista de Medicina (APM), foi fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com a finalidade de formular políticas públicas para o progresso científico (SBPC, 2020, online).

Entre 1949 e 2020, seis das 35 gestões da SBPC tiveram presidentes mulheres. Carolina Bori foi presidente por um mandato, entre 1987 e 1989, Glaci Zancan, por dois mandatos, entre 1999 e 2001 e entre 2001 e 2003, e Helena Nader, por três mandatos, entre 2011 e 2013, entre 2013 e 2015 e entre 2015 e 2017. Hoje as gestões da SBPC são trienais, compostas por um presidente, dois vice-presidentes, um secretário-geral, três secretários e dois tesoureiros.

Nas sete últimas gestões da SBPC, a proporção de membros mulheres foi equivalente à proporção de membros homens, com quatro mulheres e cinco homens entre 2007 e 2009, três mulheres e seis homens, entre 2009 e 2011, seis mulheres e três homens, com Helena Nader na presidência, entre 2011 e 2013, quatro mulheres e cinco homens, com Helena Nader na presidência, entre 2013 e 2015, cinco mulheres e quatro homens, com Helena Nader na presidência novamente, entre 2015 e 2017, cinco mulheres e quatro homens, entre 2017 e 2019 e cinco mulheres e quatro homens entre 2019 a 2021.

Gráfico 4: Membros das sete últimas gestões da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC), por gênero.

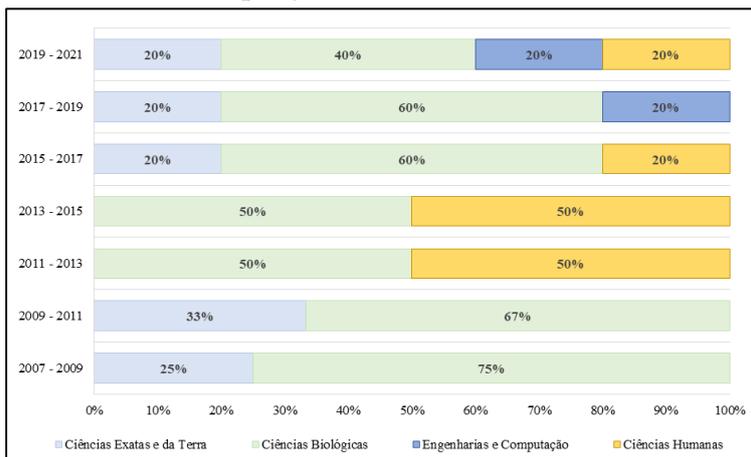


Fonte: Dados da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) compilados pelas autoras (2020).

Entre 2007 e 2009, quatro mulheres pertenciam às Ciências Biológicas e uma, às Ciências Exatas e da Terra. Entre 2009 e 2011, duas mulheres pertenciam às Ciências Biológicas e uma, às Ciências Exatas e da Terra. Entre 2011 e 2013, três mulheres pertenciam às Ciências Biológicas e três, às Ciências Humanas. Entre 2013 e 2015, duas mulheres pertenciam às Ciências Biológicas e duas, às Ciências Humanas. Entre 2015 e 2017, três mulheres pertenciam às Ciências Biológicas, uma, às Ciências Exatas e da Terra, e uma, às Ciências Humanas. Entre 2017 e 2019, quatro mulheres pertenciam às Ciências Biológicas, uma, às Ciências Exatas e da Terra, e uma, às Engenharias e Computação. Entre 2019 e 2021, duas mulheres pertencem às Ciências Biológicas, uma, às Ciências Exatas e da Terra, uma, às Engenharias e Computação, e uma, às Ciências Humanas.

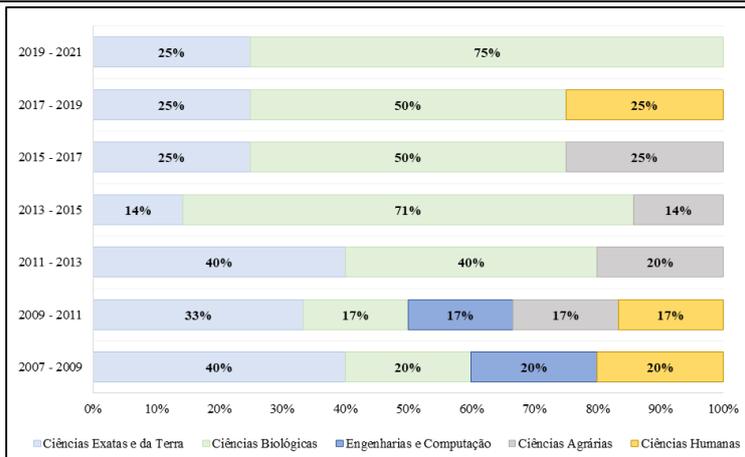
Entre 2007 e 2021, os homens, além das Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Computação, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, pertenciam às Ciências Agrárias.

Gráfico 5: Membros mulheres das sete últimas gestões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por grande área do conhecimento.



Fonte: Dados da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) compilados pelas autoras (2020).

Gráfico 6: Membros homens das sete últimas gestões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por grande área do conhecimento.



Fonte: Dados da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) compilados pelas autoras (2020).

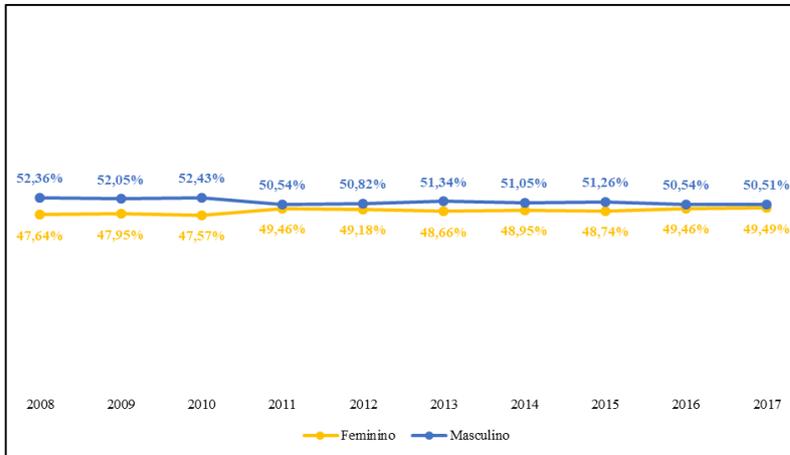
#### 4. Titulação e Grandes Áreas do Conhecimento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Os dados foram extraídos do Painel de Investimentos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que disponibiliza informações de 2001 a 2017 provenientes dos currículos cadastrados na Plataforma Lattes. Para o recorte de uma década, foram consideradas as planilhas de 2008 a 2017. Por meio da função SOMASE, foram selecionados os dados referentes a bolsas-ano e auxílios, beneficiários, valores, graus de escolaridade e grandes áreas do conhecimento.

Em linha com as notas técnicas do CNPq, as bolsas-ano são “a média aritmética do número de mensalidades pagas no ano consultado”, por exemplo, dezoito mensalidades divididas por doze meses é igual a 1,5 bolsa-ano, e os beneficiários são “o número de pessoas contempladas com bolsas ou auxílios que receberam pelo menos um pagamento no ano consultado”, por exemplo, se a mesma pessoa receber pagamentos por duas modalidades de bolsa, ou auxílios diferentes no mesmo ano, ela é contabilizada duas vezes.

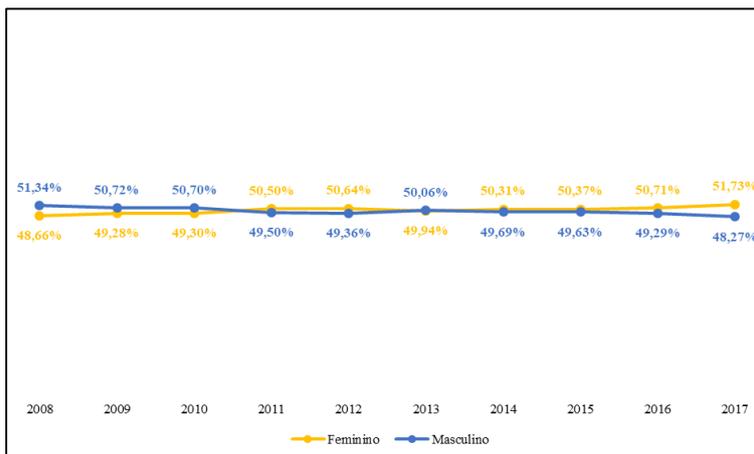
Os números mostram que, entre 2008 e 2017, no quesito bolsas-ano e auxílios, a proporção de mulheres nunca superou a proporção de homens. No quesito beneficiários, a proporção de mulheres superou, mesmo que em poucos pontos percentuais, a proporção de homens em 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017. Já no quesito valores, a proporção de mulheres nunca superou a proporção de homens. Embora a diferença entre homens e mulheres no quesito valores tenha sido, evidentemente, maior que a diferença entre homens e mulheres nos quesitos bolsas-ano e auxílios e beneficiários, a disparidade entre os investimentos em homens e os investimentos em mulheres diminuiu ao longo dos anos.

Gráfico 7: Distribuição de bolsas e auxílios a cientistas brasileiros pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por gênero.



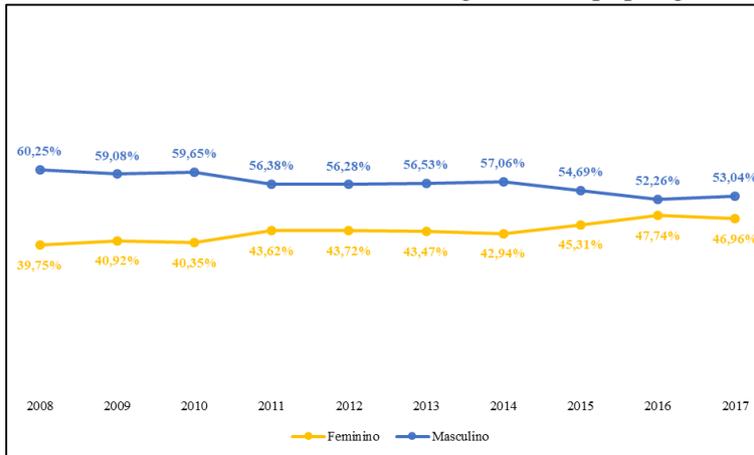
Fonte: Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) compilados pelas autoras (2020).

Gráfico 8: Distribuição de beneficiários do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por gênero.



Fonte: Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) compilados pelas autoras (2020).

Gráfico 9: Distribuição de valores a cientistas brasileiros pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por gênero.



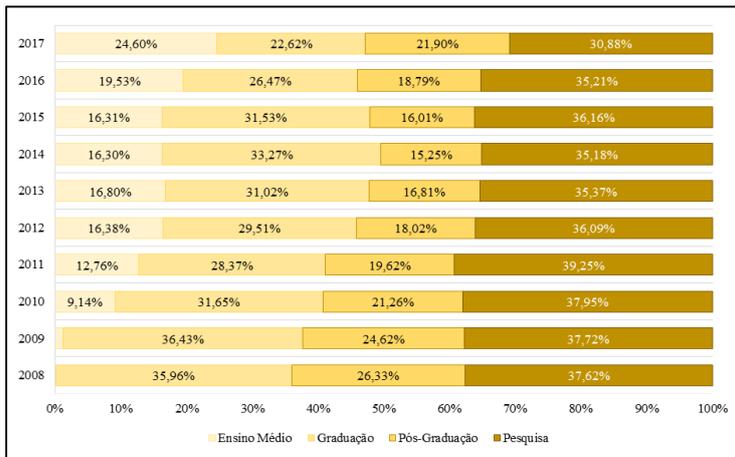
Fonte: Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) compilados pelas autoras (2020).

Entre as mulheres, a proporção de beneficiárias na Pesquisa superou a de beneficiárias na Graduação e na Pós-Graduação. A proporção média de beneficiárias na Pesquisa foi de 36,14%, com máxima de 39,25%, em 2011, e mínima de 30,88%, em 2017. Entretanto, a proporção de beneficiárias na Pós-Graduação não superou a de beneficiárias na Graduação. A proporção média de beneficiárias na Pós-Graduação foi de 19,86%, com máxima de 26,33%, em 2008, e mínima de 15,25%, em 2014. Já a de beneficiárias na Graduação foi de 30,68%, com máxima de 36,43%, em 2009, e mínima de 22,62%, em 2017.

Entre os homens, a proporção de beneficiários na Pesquisa superou a de beneficiários na Graduação e na Pós-Graduação. A proporção média de beneficiários na Pesquisa foi de 41,11%, com máxima de 45,74%, em 2008, e mínima de 37,55%, em 2017. No entanto, a proporção de beneficiários na Pós-Graduação não ultrapassou a de beneficiários na Graduação, com exceção de 2017. A proporção média de beneficiários na Pós-Graduação foi de 17,66%, com máxima de 22,67%, em 2008, e mínima de 13,54%, em 2014. Já a de beneficiários na Graduação foi de 27,16%, com máxima de 31,52%, em 2008, e mínima de 18,53%, em 2017.

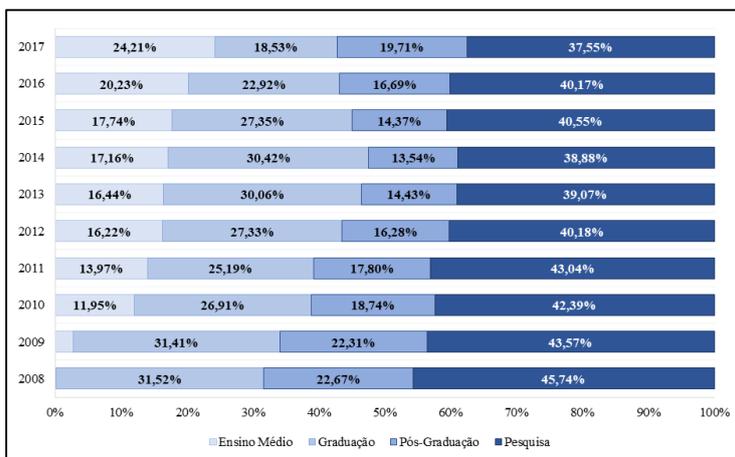
Em comparação com os homens, a proporção de beneficiárias foi maior na Graduação e na Pós-Graduação e menor na Pesquisa.

Gráfico 10: Distribuição de beneficiárias Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por titulação.



Fonte: Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) compilados pelas autoras (2020).

Gráfico 11: Distribuição de beneficiários Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por titulação.



Fonte: Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) compilados pelas autoras (2020).

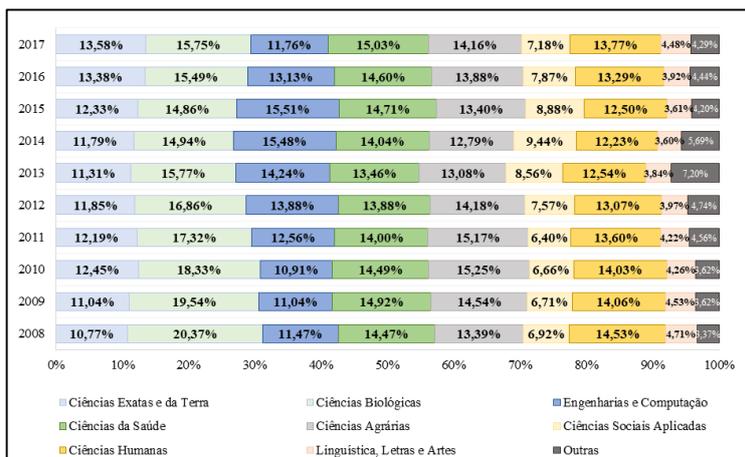
Entre as mulheres, a maior proporção de beneficiárias pertencia às Ciências Biológicas, seguidas pelas Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Engenharias e Computação, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais Aplicadas, Outras e Linguística, Letras e Artes. Ciências Biológicas respondeu pela maior proporção de beneficiárias em todos os anos, com exceção de 2014 e 2015, superadas pelas Engenharias e Computação.

Entre os homens, a maior proporção de beneficiários pertencia às Engenharias e Computação, seguidas pelas Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias, Ciências

Biológicas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Outras e Linguística, Letras e Artes. Engenharias e Computação respondeu pela maior proporção de beneficiários em todos os anos, com exceção de 2017, superadas pelas Ciências Exatas e da Terra.

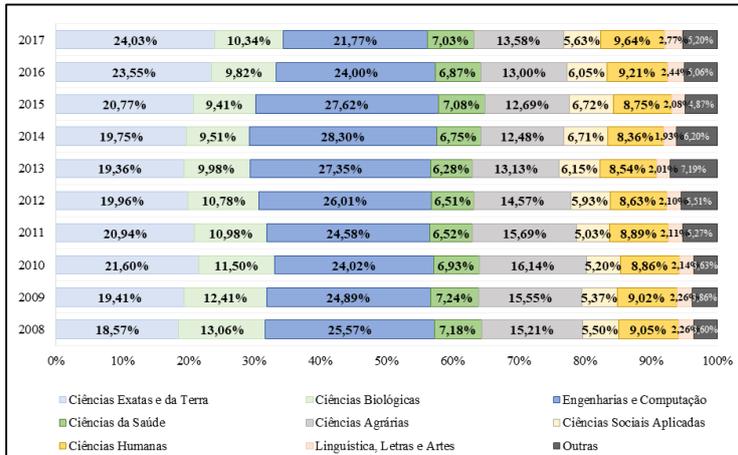
Em comparação com os homens, a proporção de beneficiárias foi maior nas Ciências Biológicas, nas Ciências da Saúde, nas Ciências Sociais Aplicadas, nas Ciências Humanas e na Linguística, Letras e Artes e menor nas Ciências Exatas e da Terra e nas Engenharias e Computação. Nas Ciências Agrárias, a proporção de beneficiárias passou a ser maior a partir de 2014. As Ciências Biológicas ficaram na primeira posição entre as beneficiárias, mas na quarta entre os beneficiários, enquanto que as Engenharias e Computação ficaram na primeira posição entre os beneficiários, mas na quinta entre as beneficiárias.

Gráfico 12: Distribuição de beneficiárias Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por grande área do conhecimento.



Fonte: Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) compilados pelas autoras (2020).

Gráfico 13: Distribuição de beneficiários Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por grande área do conhecimento.



Fonte: Dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) compilados pelas autoras (2020).

## 5. Considerações Finais

Este estudo de cunho descritivo buscou contribuir para o entendimento da participação da mulher na área de CT&I no Brasil entre 2007 e 2018, podendo ser sucedido por outros trabalhos relacionados a estudos de gênero na ciência.

Em relação ao levantamento de dados do CNPq, entre 2008 e 2017, no quesito beneficiários, a proporção de mulheres superou, mesmo que em poucos pontos percentuais, a proporção de homens na maioria dos anos. Em 2017, as mulheres correspondiam a 51,73% e os homens, a 48,27%, do total de beneficiários.

No quesito valores, a proporção de mulheres nunca superou a de homens. Em 2017, as mulheres respondiam por 53,04% e os homens, por 46,96%, do total de investimentos, o que pode ter sido influenciado pela menor proporção de mulheres em Pesquisa. Em 2017, 22,62% das mulheres estavam na Graduação, 21,90%, na Pós-Graduação, e 30,88%, na Pesquisa, e 18,53% dos homens estavam na Graduação, 19,71%, na Pós-Graduação, e 37,55%, na Pesquisa, o que, de acordo com as definições de Gilda Olinto (2011), remete à segregação horizontal, pela qual as mulheres escolhem carreiras profissionais diferentes dos homens, que proporcionem um estilo de vida que elas consideram ser mais condizente com o que a sociedade espera delas, e à segregação vertical, pela qual as mulheres se mantêm em posições subordinadas no mercado de trabalho em relação aos homens, que faz com que elas não progridam do ponto de vista profissional.

---

Em relação ao levantamento de dados da ABC e à SBPC, a primeira nunca teve uma presidente mulher e a segunda teve seis de 35 presidentes mulheres.

Nas cinco últimas gestões da ABC, houve poucas mulheres nos cargos de liderança. Entre 2007 a 2022, a maioria das gestoras eram das Ciências Exatas e da Terra, das Ciências Biológicas e das Ciências Humanas enquanto que a maioria dos gestores eram das Ciências Exatas e da Terra, das Ciências Biológicas, das Engenharias e Computação, das Ciências da Saúde das Ciências Agrárias e das Ciências Humanas.

Nas sete últimas gestões da SBPC, a proporção de membros mulheres foi equivalente à proporção de membros homens nos cargos de liderança. Entre 2007 e 2021, a maioria das gestoras eram das Ciências Exatas e da Terra, das Ciências Biológicas, das Engenharias e Computação e das Ciências Humanas enquanto que a maioria dos gestores eram das Ciências Exatas e da Terra, das Ciências Biológicas, das Engenharias e Computação, das Ciências Agrárias e das Ciências Humanas.

Em primeiro lugar, observamos o aparecimento de pesquisadoras das Engenharias e Computação na liderança da SBPC, o que sinaliza para um caminho em direção à igualdade de gênero na ciência no Brasil durante o século XX, principalmente tendo em vista que a SBPC foi fundada 33 anos antes que a ABC. Em segundo lugar, observamos a predominância das Ciências Exatas e da Terra e das Engenharias e Computação, o que, por sua vez, sinaliza para a sobrevalorização das chamadas ciências duras (*hard sciences*, em inglês) em contraposição às chamadas ciências moles (*soft sciences*, em inglês), principalmente entre os homens.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). **Página inicial**. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Página inicial**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira et al (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 152-204. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1176223/mod\\_resource/content/1/Cunha\\_Ensi\\_no\\_superior\\_e\\_Universidade\\_no\\_Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1176223/mod_resource/content/1/Cunha_Ensi_no_superior_e_Universidade_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2020.

---

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia Maria C. S. **Pioneiras da ciência no Brasil: uma história contada doze anos depois.** Ciência e Cultura, n. 3, v. 70, p. 41-47, 2018. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v70n3/v70n3a11.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

MELO, Hildete Pereira; CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. **A ciência no feminino:** uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. Revista Rio de Janeiro, v. 11, p. 117-133, 2003. Disponível em: <[http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_11/11-Hildete.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_11/11-Hildete.pdf)>. Acesso em 15 ago. 2020.

OLINTO, G. **A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil.** Inclusão Social, n. 1, v. 5, p. 68-77, 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro:** 1808-1990. Documento de Trabalho NUPES, 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **Página inicial.** Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para ciência:** a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: MCT, 2001.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **USP Mulheres.** Disponível em: <<http://uspmulheres.usp.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.